

Dívida interna pode ir a NCz\$ 360 bilhões

BRASÍLIA — O país que tem a maior dívida externa do Terceiro Mundo, US\$ 110 bilhões, dos quais US\$ 90 bilhões do setor público, marcha firme para ser entregue ao próximo presidente também como campeão da dívida interna. Segundo os números fechados pelo governo em março, o acumulado da dívida interna é de NCz\$ 114,5 bilhões, ao câmbio atual.



Quando se analisa o futuro da dívida interna, é preciso considerar que o seu valor nominal sofre a correção média equivalente à inflação. "Com as incertezas sobre a economia e os rumos da inflação, pode-se fazer várias brincadeiras para saber que dívida o novo presidente vai receber", argumenta fonte do Banco Central. Com uma inflação média mensal da ordem de 10%, se chega a 15 de março de 1990 com uma dívida acumulada de NCz\$ 360 bilhões.

A partir do Plano Verão baixado em 15 de janeiro, e especialmente nos meses de fevereiro e março, as taxas de juros reais foram bastante elevadas, o que

aumentou sensivelmente os encargos com a dívida interna. Na Secretaria do Tesouro Nacional, calcula-se que, se for possível segurar a inflação em torno de 6,0% ao mês, com uma taxa de juro real baixa, os encargos podem custar NCz\$ 21 bilhões este ano. Mas no próprio Banco Central já se faz uma previsão de NCz\$ 40 bilhões, com um cálculo mais realista da inflação, o que significa o mesmo que o governo julga capaz de arrecadar com os impostos no exercício.

É inevitável que o crescimento elevado da dívida interna incentive a propagação de notícias sobre o calote que o próximo governo vai aplicar nos credores. Recorre-se ao mesmo argumento empregado por muitos setores para a dívida externa: é ilegítima e contraída com prejuízos aos interesses da Nação ou do poder público. De qualquer forma, dificilmente o próximo governo terá condições de adotar a atitude de rolar a dívida vencida. Isso reduz o peso dos encargos sobre as contas públicas, mas pode fazer o bolo crescer sem parar. Até economistas ortodoxos dizem que a questão da dívida interna passa necessariamente por uma ampla renegociação.